

SM
17/6/97 A3
24

■ OPINIÃO

Uma reversão dos rumos ambientais?

Washington Novaes *



Um dos acontecimentos mais auspiciosos da política brasileira nos últimos tempos passou (com a exceção deste jornal) praticamente despercebido na comunicação brasileira: a instalação, no último dia 11, da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira, com a participação de representantes do governo federal, ONGs, empresários, universidades e "think tanks", sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente e presidida por sua secretária executiva, Aspásia Camargo.

Ainda em março último, no "workshop" promovido pelo Ministério sobre a Agenda 21, antecedendo a Rio+5, os pronunciamentos tanto de membros do governo como de setores da sociedade deixaram claro o desconforto diante da enorme dificuldade, quase impossibilidade, de fazer da política ambiental uma política de todo o governo (em todos os níveis), permeando as ações de todos os seus órgãos, em todos os setores. É exatamente essa deficiência que se pretende suprir com a Comissão.

Resta saber se funcionará. Isto é, se terá poder, de fato.

Não cabe ceticismo. Mas cabe realismo. No mesmo momento em que o governo, via Ministério do Meio Ambiente, instalava essa comissão, outro ministro, o da Reforma Agrária, dizia aos jornalistas que, com as novas medidas para acelerar a reforma agrária, seu ministério, nas futuras desapropriações de terras, deixará de indenizar os proprietários "pelas coberturas florísticas (matas)", a seu ver "responsáveis pelo aumento exagerado do valor das terras". Que espera o ministro que aconteça senão um enorme avanço no desmatamento, provocado por proprietários de terras temerosos de que

É muito difícil, quase impossível, fazer da política ambiental uma política de todo o governo

suas áreas sejam desapropriadas ou compradas e, nelas, a cobertura de vegetação nativa seja desconsiderada ou até leve a considerar essa parte da propriedade como "improdutiva" e de menor valor — o que já é induzido pela legislação em vigor e dispensava esse empurrão do ministro?

Mesmo assim, é preciso ter esperança. Se a questão ambiental não for internalizada, incorporada, em toda a ação governamental, não haverá razões para otimismo.

Até aqui, prevalece um pressuposto duplamente falso: o de que é

possível planejar centralizadamente toda a ação governamental e que esse planejamento pode ser eficaz mesmo desconsiderando as questões ambientais, sem colocar os recursos físicos, naturais, como piso de qualquer empreendimento.

Acontece, entretanto, que o planejamento centralizado tem de incorporar e resolver tantas contradições sociais e políticas que, ao chegar à definição, quase invariavelmente está ultrapassado. A sociedade move-se rapidamente, segundo seus microinteresses (e não segundo grandes ideais ou leis), e transforma o panorama. A ciência dá saltos diários e torna obsoleto o que ontem parecia moderno. O processo de globalização agrava as disparidades (vide relatório do PNUD publicado na semana passada) e coloca em xeque o que parecia voo em céu de brigadeiro. E, para completar, as burocracias estatais movem-se com lentidão exasperante, quando se movem.

Alguns especialistas calculam hoje que as prefeituras das metrópoles deixam de arrecadar de 40 a 50% do IPTU, por exemplo, porque não conseguem acompanhar a

transformação vertiginosa provocada pela autoconstrução de imóveis, pela ampliação de outros, pela transformação de residências ou parte delas em espaços comerciais ou industriais.

Só a ameaça de desabamento da ponte dos Remédios, quase paralisando a cidade de São Paulo, pôde levar à descoberta de que não se sabe se é uma ponte municipal ou estadual e por isso não é vistoriada há décadas — mas, ainda assim, continua-se planejando e administrando centralizadamente, como se isso fosse possível na maior metrópole da América do Sul. E, pior, planejando e administrando com quase absoluta desconsideração pelo meio ambiente, pela base física.

Não espanta, assim, que não se consiga encontrar soluções para o drama das enchentes paulistanas. Porque não se consegue articular as várias políticas e ações que seriam necessárias. A legislação que não permite a ocupação das margens de rios e córregos (e que continua a ser desrespeitada), os códigos de obras que obrigam a manter uma área para infiltração de águas pluviais, a obrigatoriedade de manter as ma-

tas ciliares, a proibição de ocupação de encostas, a obrigatoriedade de gestão participativa das bacias hidrográficas — tudo isso é atropelado e esmagado pelas políticas de transportes e de obras.

Mesmo quando se consegue definir um planejamento centralizado, ele vai esbarrar nas velhas mediações políticas, que não estão interessadas em racionalidade, e sim no rendimento eleitoral de qualquer ação. Um dos campos mais nefastos em que isso ocorre é o da expansão urbana, no País todo. Os especuladores imobiliários avançam com seus loteamentos em áreas que não deveriam ser ocupadas, por motivos ambientais ou por estarem fora das áreas legais de expansão. Não reservam espaços para equipamentos públicos. Não instalam redes de drenagem, como seria sua obrigação. Pouco se importam se as empresas de saneamento, energia, transportes e limpeza urbana vão ou não estender seus serviços para essas áreas. Depois, o poder público (com o dinheiro dos impostos da sociedade) tem de correr atrás. Uma forma excelente de transferir ônus e concentrar renda. E que é invariavelmente convalidada pelas mediações po-

líticas: legisladores apressam-se em legalizar essas áreas, de olho nos votos dos moradores.

Questionamentos semelhantes podem ser levantados em praticamente todas as áreas — nas políticas energéticas, em grande parte da agricultura voltada para a exportação, nas políticas de transporte, etc.)

Por essas e muitas outras razões, é decisivo que se implante, uma comissão como essa de políticas de desenvolvimento sustentável. Se, de fato, funcionar, ela terá de caminhar fatalmente para propostas de descentralização. Para a desconcentração de tudo. A participação da sociedade necessariamente trabalhará nessa direção. Uma das primeiras intervenções das ONGs na comissão questionou, por exemplo, o que os governos não fazem: a

"... o país que financiou a insustentabilidade vai ter de aprender a financiar a sustentabilidade"

prioridade do automóvel e do transporte individual — sempre privilegiados nos macroplanejamentos, como agora — sobre o transporte de massa.

Como disse na instalação o ministro Gustavo Krause, "o país que financiou a insustentabilidade vai ter de aprender a financiar a sustentabilidade".

* Jornalista.